

UM NOVO ATAQUE

AOS MORADORES DOS BAIRROS SOCIAIS

GOVERNO PSD/CDS AVANÇA COM ALTERAÇÕES À LEI DA RENDA APOIADA

Mais penalizações sobre os rendimentos das famílias

- Uma lei injusta, que penalizará os arrendatários de menores recursos.
- Obriga que no cálculo do valor da renda seja considerado o rendimento bruto dos agregados em vez do rendimento líquido. Uma diferença que leva a aumentos substanciais
- no valor da renda, com natural impacto negativo no saldo disponível. para a subsistência da família.
- Fixa em 25% do rendimento bruto a renda máxima. Independentemente do valor da renda técnica, esta sim relacionada com as condições de habitabilidade do fogo.

Facilitação dos despejos

- Cria mecanismos que podem levar a despejos e a impedimentos de acesso ao parque habitacional público e retira autonomia, nesta matéria, aos municípios.
- Prevê a revogação do contrato sempre que o inquilino esteja três anos a pagar uma renda igual ou superior ao valor da renda condicionada e correspondendo a uma taxa de esforço igual ou superior a 15%.
- Prevê o despejo sempre que o inquilino não aceite ser realojado no prazo de noventa dias, ainda que em concelho limítrofe, por alteração
- da dimensão do agregado e consequente desadequação à tipologia ocupada.
- Aplica o regime do procedimento administrativo a todo o processo de arrendamento, significando isto que os despejos passam a ser feitos por via administrativa e por mera comunicação administrativa.





Retira poderes às Câmaras Municipais para regulamentos mais favoráveis

Torna a aplicação obrigatória a todo o parque habitacional público, independentemente de quem seja o seu proprietário. Consubstancia assim uma clara violação da autonomia do poder local, impedindo os municípios de regulamentar sobre importante área do seu património.

Esta imposição conduzirá, em inúmeros municípios, a aumentos significativos do valor da renda a cobrar, acrescendo que muito do parque habitacional, onde se vai verificar o aumento, está degradado e corresponde a tipologias obsoletas.

UMA LEI QUE TEM DE SER DERROTADA!

O PCP apresentou na Assembleia da República um conjunto de propostas de alteração que visa defender os interesses dos moradores, garantir o direito à habitação, impedir insuportáveis aumentos de rendas, combater a facilitação dos despejos.

Com a luta de todos, é possível derrotar mais este atentado aos direitos das populações.



www.pcp.pt